



CAPPELLI

E-mail: paulo.cappelli@correiodamanha.net.br

com Lucas Gayoso

Instagram: @jornalistapaulocappelli

Operações contra Lulinha murcham após mudanças na PF

REPRODUÇÃO/TV GLOBO

■ As operações policiais que miram o empresário Fábio Luís Silva da Silva, o Lulinha, perderam força após mudanças promovidas pela cúpula da Polícia Federal.

■ Antes das alterações, o filho do presidente da República havia sido alvo de três operações policiais. Depois das mudanças, em abril, apenas um procedimento foi realizado.

■ Três especialistas da PF que estavam na linha de frente e analisavam as contas bancárias do filho do presidente da República foram substituídos e remanejados para outras funções, por ordem da chefia da corporação.

CRISE

■ Um desses peritos, ligado à Polícia Fazendária, coordenava as investigações contra Lulinha e foi deslocado para o Caso Master.

■ A mudança abriu uma crise com o gabinete de André Mendonça, ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) que atendeu ao pedido dos investigadores para quebrar os sigilos fiscal e bancário de Lulinha.



Especialistas da Polícia Federal que analisavam as contas de Lulinha foram remanejados

■ Candidato à Presidência da República, Flávio Bolsonaro (PL) acusou o chefe da Polícia Federal, Andrei Rodrigues, de interferir na corporação para blindar o filho do presidente.

■ O Palácio do Planalto nega que as mudanças implementadas pela PF tenham o objetivo de frear as investigações.

Exército fecha contrato de R\$ 290 milhões para adquirir pelotão de guerra eletrônica

REPRODUÇÃO

■ O Exército Brasileiro fechou um contrato de R\$ 289,9 milhões para a aquisição de um sistema destinado a um Pelotão de Guerra Eletrônica (Pel GE). O equipamento será fornecido pelo Consórcio Fronteira Sul e deverá reforçar a capacidade da Força de atuar no espectro eletromagnético. O contrato tem vigência até agosto de 2029.

■ O Pel GE é uma estrutura militar voltada a operações que envolvem sinais de comunicação e outras emissões eletromagnéticas. Na prática, sistemas desse tipo permitem detectar e analisar sinais, obter informações sobre comunicações e emissões de forças adversárias, proteger os próprios meios e apoiar ações destinadas a dificultar o uso do espectro pelo inimigo.

■ Segundo o termo, a aquisição também não é classificada como despesa de custeio, mas como investimento. A Força afirma que o sistema contribuirá para o “fortalecimento das capacidades operacionais da Força Terrestre”, alinhado aos objetivos estratégicos de defesa nacional e de proteção dos interesses do Estado brasileiro.

GUERRA ELETRÔNICA

■ A guerra eletrônica ganhou ainda mais relevância nos conflitos modernos com a utilização crescente de drones, radares, sistemas de comunicação e outros equipamentos dependentes do



Sistema permite detectar sinais eletrônicos

espectro eletromagnético. O domínio desse ambiente permite às forças militares identificar emissões adversárias e proteger suas próprias comunicações, além de dar suporte a medidas de interferência eletrônica.

O Exército afirma que a contratação atende às necessidades operacionais da Força Terrestre e que o valor apresentado pelo Consórcio Fronteira Sul foi considerado compatível com o mercado após pesquisa de preços.

■ A modalidade adotada foi a contratação direta por dispensa de licitação. O formato é previsto para contratações em que a licitação possa comprometer a segurança nacional, nos casos estabelecidos pelo ministro da Defesa.



MARCELO CAMARGO/ AGÊNCIA BRASIL

TCU mira processos do MinC com risco de prescrição

TCU vê risco de prescrição de mais de R\$ 1,2 bilhão em prestações de contas do Ministério da Cultura

■ O Tribunal de Contas da União (TCU) deu 60 dias para que o Ministério da Cultura (MinC) adote medidas urgentes para priorizar a análise de processos de prestação de contas com risco iminente de prescrição. A determinação foi tomada após auditoria identificar que o valor de processos potencialmente prescritos pode superar R\$ 1,2 bilhão.

■ A conclusão faz parte de fiscalização realizada pelo TCU para avaliar a gestão das prestações de contas e das tomadas de contas especiais no ministério. Com base na extrapolação dos dados obtidos em uma amostra de processos, os auditores estimaram que o volume financeiro potencialmente atingido pela prescrição pode variar entre R\$ 660 milhões e R\$ 1,22 bilhão.

■ No relatório, os auditores destacam a gravidade da situação. “Chama a atenção o volume de processos potencialmente prescritos no âmbito da população manejada neste trabalho de fiscalização (...), cujo valor de processos prescritos pode vir a superar R\$ 1,2 bilhão, sendo certo que não será inferior a R\$ 660 milhões.”

■ Segundo o TCU, a principal causa do problema é a ausência de mecanismos eficazes para controlar os prazos prescricionais. Durante a fiscalização, a equipe verificou que o Ministério da Cultura utilizava apenas uma planilha de Excel alimentada manualmente para acompanhar parte dos processos e concluiu que, na prática, não existem mecanismos efetivos de controle dos prazos prescricionais na pasta.

■ A auditoria também identificou que a área responsável pelo acompanhamento dos processos apresentou dificuldades para diferenciar os tipos de prescrição e seus respectivos marcos interruptivos. Diante disso, o tribunal determinou que o ministério implemente um mecanismo efetivo de controle dos prazos prescricionais e recomendou a capacitação dos servidores da área.

■ Em outro achado, os auditores encontraram 50 processos já prescritos em uma amostra de 628 prestações de contas analisadas, o equivalente a aproximadamente 8% do total. Para o TCU, os números demonstram falta de governança e de priorização na análise dos casos com risco de prescrição.